

DOCUMENTO DE REFLEXÃO

1. - Considerações Gerais

O Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio – COTR - é uma associação privada sem fins lucrativos criada por escritura notarial de 19 de Março de 1999.

O COTR é actualmente uma entidade:

- Acreditada pelo IQF em termos de formação
- Tem três cursos sobre Projectista de Rega acreditados pela Ordem dos Engenheiros
- Está na fase final de acreditação do Sistema de Gestão da Qualidade - SGS” do COTR, de acordo com a NP EN ISO 9001:2000

Esta entidade foi criada por iniciativa do Ministério da Agricultura, através de 5 Direcções Gerais em representação do Estado Português, conforme poderes conferidos por Despacho do Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. O MADRP estimulou, para o efeito, uma parceria com 21 outros associados, representando o MADRP e a EDIA mais de 50 % das Unidades de Participação.

A ideia da criação desta entidade esteve relacionada com a necessidade de acompanhar o desenvolvimento do projecto de Alqueva, o qual está consubstanciado num dos principais objectivos descritos nos estatutos do COTR e que se refere:

Ajuda na Transformação de uma Zona de Sequeiro em Regadio

Tendo por base este princípio orientador, consubstanciado na Portaria Nº 632/2001, foi pretendido incrementar o – Desenvolvimento Agrícola e Rural da Zona de Influência de Alqueva, através das seguintes Acções:

- Construção da Rede Secundária de Rega associada ao EFMA
- Dinamização do Novo Modelo de Desenvolvimento Agrícola e Rural Associado ao EFMA

Tendo por base esta portaria, o COTR iniciou a sua actividade com base nos Estatutos Aprobados e Registados no Cartório da Vidigueira.

De acordo com esta iniciativa, o COTR tentou estruturar a sua actividade, de forma a, por um lado, dar cumprimentos aos objectivos traçados, e por outro, ocupar nichos de mercado que se encontravam a descoberto, no que ao apoio técnico dizia respeito.

Assim sendo, o COTR deu prioridade às actividades no âmbito da **Tecnologia e Gestão da Rega**, para, em parceria com a generalidade das entidades públicas e privadas ligadas à I&D, desenvolver conhecimento que possibilitasse a sua transmissão para os agricultores da zona abrangida nas diferentes áreas do regadio.

De acordo com esta estratégia, e com a análise da situação real existente na zona inicialmente considerada de intervenção – Zona de Influência do Alqueva – ZIA -, o

COTR estabeleceu como linha de acção prioritária – **A Transferência de Tecnologia** para os utilizadores. Para tal, e dada a falta de informação adaptada à ZIA, a inexistência de técnicos que pudessem sustentar essa transferência, o COTR sentiu necessidade de se organizar, de modo a que, tendo presente os objectivos para que foi criado, conseguisse, tão rápido quanto possível, minorar as lacunas existentes.

Desse modo, estabeleceu como linhas de acção, as apresentadas no esquema da Fig. 1.



Figura 1 – Linhas de Acção do COTR

Esta preocupação inicial da estratégia do COTR, foi consubstanciada através dos seus Planos de Estratégia (2000 - 2005 e 2005 – 2010).

Passados que são cerca de oito anos sobre a sua constituição, e apesar do trabalho notório que é reconhecido ao COTR, a situação real da agricultura de regadio no país, em geral, e no Alentejo em particular, está muito aquém do que se poderia considerar como bom, como se pode analisar no **Documento anexo**.

Da leitura deste Documento, facilmente se pode concluir da necessidade de continuar a trabalhar no campo em que o COTR tem vindo a trabalhar, já que ele é, em termos de organização, e a realizar este trabalho de uma forma sistemática, praticamente a única entidade a, efectivamente, trabalhar em Portugal no campo da Tecnologia e Gestão da Rega.

A continuidade deste trabalho obriga à sustentabilidade, em termos financeiros, do COTR, a qual não é fácil se quiser manter a actual estratégia e não transformá-lo num mero prestador de serviços no sentido lato da palavra, já que tem que prestar uma série de serviços que dificilmente poderão gerar dinheiro na Região, e nunca de uma forma directa.

Actualmente, e a curto prazo (2-3 anos) a prestação de serviços poderá assegurar 20-40 % da sua sustentabilidade, tudo dependendo dos incentivos que os empresários agrícolas tenham para acelerar esta mudança.

Percebendo um pouco o que é o COTR, o que faz, o que pode fazer, facilmente se percebe que o financiamento duma entidade deste tipo não é muito compatível com o financiamento unicamente por projectos. Contudo, se esse for o único mecanismo viável, reforça-se aqui a necessidade de ter isso em conta na Regulamentação do PDR.

2. Como a assegurar a sustentabilidade do COTR para além de Junho de 2008

Actualmente, o orçamento base do COTR é da ordem dos 745 000 € considerando os itens do Quadro 1:

Quadro 1 – Orçamento Base Anual do COTR

| DESIGNAÇÃO | VALOR (euros/ano) |
|---|------------------------------|
| Recursos Humanos | 476866 |
| Ajudas de custo | 30909 |
| Comunicações | 18335 |
| Energia eléctrica | 14401 |
| Combustível | 47179 |
| Seguros | 18859 |
| Limpeza | 19845 |
| Reparações | 43100 |
| Despesas administrativas | 20824 |
| Manutenção preventiva da rede SAGRA | 12070 |
| Manutenção preventiva dos Laboratórios de solos e de testes de rega | 9352 |
| Prestação de serviços externa | 30831 |
| TOTAL | 742571 |

Para este orçamento, e como foi dito anteriormente, o COTR conta, até Junho de 2008, com o financiamento do PEDIZA.

Terminado esse financiamento, coloca-se o problema da sustentabilidade do COTR.

Para tentar ajudar a procurar a resolução para esta questão traçaram-se vários cenários traduzidos através de outras tantas Hipóteses:

Hipótese 1 – a) - Financiamento a partir das actuais fontes de receitas do COTR (cerca de 164 000 €/ano – Quadro 2)

b) - Financiamento a partir de um programa similar ao anterior PEDIZA (da ordem dos 580 000 €/ano – Quadro 2).

Quadro 2 – Financiamento do COTR para assegurar o funcionamento para a Hipótese 1

| DESIGNAÇÃO | VALOR (euros/ano) |
|--|------------------------------|
| Financiamento | 577.957,02 |
| Protocolo com a ESAB, DRAAL e UE | 12.000,00 |
| Alojamento | 20.037,00 |
| Quotas dos associados | 29.750,00 |
| Prestação de Serviços - Assistência Técnica | 30.000,00 |
| Prestação de Serviços Gestão da Rega | 28.000,00 |
| Prestação de Serviços em Formação | 29.827,35 |
| Prestação de serviços em avisos de rega a outras | 15.000,00 |
| SUB-TOTAL | 164.614,35 |
| TOTAL | 742.571,37 |

Hipótese 2 – Financiamento a partir das fontes de receitas assinaladas no Quadro 2 e de um financiamento assegurado a partir de uma taxa sobre a água de rega consumida nos actuais perímetros de rega do Alentejo (Caia, Lucefécite, Vigia, Odivelas, Vale do Sado, Campilhas e Alto Sado, Roxo, Divor, Minutos e Mira), o que equivaleria a um valor da ordem dos 0,002 €/m³/ano, ou 0,0008 €/m³/ano (entrando em conta com os cerca de 110 000 há de Alqueva, como se pode analisar no Documento Anexo

Hipótese 3 – Hipótese idêntica à Hipótese 1, diferindo desta apenas pelo montante de financiamento a garantir, desde que fossem criadas, na aplicação do PDR, Medidas incentivadoras ao uso de Boas Práticas Agrícolas que, de algum modo contrariassem os hábitos e os desempenhos actuais indicados nos pontos anteriores deste documento.

É evidente que, neste caso, não é possível fazer qualquer estimativa do autofinanciamento para além dos 28 % considerados na Hipótese 1, já que, da leitura da versão disponível do PDR, apenas se conseguem descortinar grandes objectivos, o que torna difícil qualquer previsão.

Apesar desta dificuldade parecem descortinar-se algumas linhas às quais o COTR poderá concorrer.

Hipótese 4 – Hipótese que será uma mistura das Hipóteses anteriores, ou seja:

- Quotas e Protocolos
- Serviços prestados, o que obrigará o COTR a procurar, através da prestação de serviços directos aos agricultores sem o auxílio de qualquer

incentivo, à medida que eles se vão apercebendo da importância dos mesmos

- Serviços prestados em virtude das medidas incentivadoras eventualmente criadas no PDR
- Taxa sobre o volume de água usada nos diferentes regadios (?)
- Projectos de I,E&D&I abertos por diferentes Programas.

Qualquer que seja o cenário de financiamento, e para manter a estabilidade do COTR, pensa-se que se deveria assegurar consistentemente uma componente significativa do mesmo, deixando a parte restante à necessidade da procura pelo COTR do restante.

3. Conclusão

Como conclusão pensa-se que se deverá analisar atempadamente:

- O que se quer para a Região e para o País em termos de apoio à linha estratégica definida como – REGADIO
- Qual é o papel que o COTR tem vindo a desempenhar para esta linha estratégica: tem sido um serviço importante ou não?
- Se esse trabalho foi considerado importante quer-se:
 - Que ele continue ?
 - Que continue e alargue as áreas de actuação ?
 - Que continue, alargue as áreas de actuação e passe a actual não só a nível regional como Nacional ?
- Se estas ambições forem reais como se assegura o seu financiamento ?
- Se não se encontrarem as linhas de financiamento, há que pensar em que o mesmo encerrará as suas portas no dia 1 de Julho de 2008, com as consequências lógicas:
 - cerca de 5 000 000 € deitados fora em aproximadamente nove anos;
 - Formação e preparação de 13 técnicos (praticamente únicos no país) sem qualquer mais valia;
 - Retrocesso nos hábitos dos regantes analisarem as questões do Regadio;
 - Perda (mais uma) de uma oportunidade de acelerar o desenvolvimento das zonas rurais através do regadio.
- Etc.

Beja, Setembro de 2007

ANEXO

O CENTRO OPERATIVO E DE TECNOLOGIA DE REGADIO PASSADO, PRESENTE E ...QUE FUTURO?

O Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio – COTR - é uma associação privada sem fins lucrativos criada por escritura notarial de 19 de Março de 1999.

O COTR é actualmente uma entidade:

- Acreditada pelo IQF em termos de formação
- Tem três cursos sobre Projectista de Rega acreditados pela Ordem dos Engenheiros
- Está na fase final de acreditação do Sistema de Gestão da Qualidade - SGS” do COTR, de acordo com a NP EN ISO 9001:2000

Esta entidade foi criada por iniciativa do Ministério da Agricultura, através de 5 Direcções Gerais em representação do Estado Português, conforme poderes conferidos por Despacho do Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. O MADRP estimulou, para o efeito, uma parceria com 21 outros associados, representando o MADRP e a EDIA mais de 50 % das Unidades de Participação.

A ideia da criação desta entidade esteve relacionada com a necessidade de acompanhar o desenvolvimento do projecto de Alqueva, o qual está consubstanciado num dos principais objectivos descritos nos estatutos do COTR e que se refere:

Ajuda na Transformação de uma Zona de Sequeiro em Regadio

Tendo por base este princípio orientador, consubstanciado na Portaria Nº 632/2001, foi pretendido incrementar o – Desenvolvimento Agrícola e Rural da Zona de Influência de Alqueva, através das seguintes Acções:

- Construção da Rede Secundária de Rega associada ao EFMA
- Dinamização do Novo Modelo de Desenvolvimento Agrícola e Rural Associado ao EFMA

Tendo por base esta portaria, o COTR iniciou a sua actividade com base nos Estatutos Aprovados e Registados no Cartório da Vidigueira.

De acordo com esta iniciativa, o COTR tentou estruturar a sua actividade, de forma a, por um lado, dar cumprimentos aos objectivos traçados, e por outro, ocupar nichos de mercado que se encontravam a descoberto, no que ao apoio técnico dizia respeito.

Assim sendo, o COTR deu prioridade às actividades no âmbito da **Tecnologia e Gestão da Rega**, para, em parceria com a generalidade das entidades públicas e privadas ligadas à I&D, desenvolver conhecimento que possibilitasse a sua transmissão para os agricultores da zona abrangida nas diferentes áreas do regadio.



De acordo com esta estratégia, e com a análise da situação real existente na zona inicialmente considerada de intervenção – Zona de Influência do Alqueva – ZIA -, o COTR estabeleceu como linha de acção prioritária – **A Transferência de Tecnologia** para os utilizadores. Para tal, e dada a falta de informação adaptada à ZIA, a inexistência de técnicos que pudessem sustentar essa transferência, o COTR sentiu

necessidade de se organizar, de modo a que, tendo presente os objectivos para que foi criado, conseguisse, tão rápido quanto possível, minorar as lacunas existentes.

Desse modo, estabeleceu como linhas de acção, as apresentadas no esquema da Fig. 1.



Figura 1 – Linhas de Acção do COTR

Esta estratégia permitiu ao COTR:

- Através da **Área da Experimentação**, e em parceria com outras entidades publicas e privadas, colectivas ou individuais, assentes em campos experimentais maioritariamente de agricultores, criar informação sobre a Tecnologia e Gestão da Rega, armazenada em bases de dados, que vêm sendo disponibilizadas para os diferentes utilizadores, bem assim como sustentar um conjunto de aplicações informáticas que vão permitindo a tomada de decisões, cada vez mais técnicas e menos empíricas, por parte dos agricultores e/ou dos técnicos que com eles trabalham.
- À medida que a informação adquirida foi ganhando importância, iniciou-se um trabalho de **Divulgação e Demonstração** das técnicas de gestão da água de rega e das tecnologias mais apropriadas, capazes de tornar a rega mais eficaz, mais eficiente, mais uniforme e mais conservativa em termos de – Solo, Água, Energia e Ambiente.
- A constatação de que uma parte significativa dos equipamentos de rega existentes estavam, e ainda estão, muito longe de realizarem o trabalho de acordo com os potenciais para que foram desenvolvidos, levou à criação de uma área de

Assistência Técnica, mais virada para a tecnologia da rega, a qual foi, a pouco e pouco impondo-se no seio dos agricultores.

- Do trabalho realizado pela Área da Assistência Técnica, facilmente se constatou que, a quase totalidade dos sistemas de rega que são montados, a maioria dos quais subvencionados por fundos comunitários:
 - Não têm projecto técnico,
 - A concepção do que está montado é, a maioria das vezes, concebido por pessoas sem o mínimo de preparação para tal.

Pelo que se considerou fazer algo que possibilitasse alertar, por um lado, os agricultores, e por outro, as autoridades com responsabilidade nesta matéria, nomeadamente as entidades do MADRP (ex-IDRHa, ex-IFADAP, ex-DRA), Ordem dos Engenheiros, etc., para as consequências “desastrosas”, desta situação, que se poderá considerar única, já que todas as outras componentes dos projectos de regadio a tal obrigam (barragens, charcas, furos, construções, vedações, mecanização, etc.). Com este objectivo iniciou-se um trabalho de sensibilização e criação de mecanismos – **Certificação de Projectistas** – e formação de técnicos que possam vir a desempenhar estas funções

- Através da sua **Área Laboratorial** decidiu-se criar dois laboratórios:
 - **Solos** – que sustenta toda a actividade da rega e ajuda a criar uma base de dados de solos;
 - **Testes de Equipamentos de Rega** – que permita garantir a qualidade mínima dos equipamentos de rega que são adquiridos pelos agricultores e subvencionados pelo Estado.

- Através da **Área SAGRA** criou-se uma rede de estações agrometeorológicas automáticas no Alentejo que permitiu, pela primeira vez, e para a agricultura, iniciar em 2001 a disponibilização de dados agrometeorológicos diários e gratuitos (www.cotr.pt/sagra.asp). Paralelamente, e também pela primeira vez, continuando, ainda hoje, a ser praticamente a única entidade que fornece, semanalmente, informação sobre o consumo de água das principais culturas do Alentejo e Algarve.

Simultaneamente desenvolveu um conjunto de aplicações informáticas que, via Internet, poderão ajudar o regante a tomar a decisão de quando e quanto regar

- Tendo consciência que existe um défice tremendo de técnicos com formação na área do regadio continua a ser a única entidade que, de um modo sistemático, faz formação especializada na área do regadio através da sua **Área de Formação** (www.cotr.pt/noticia.asp?id=92).
- Sendo a informação uma peça chave nos dias de hoje, foi preocupação primeira dotar o COTR de uma **Área de Informação** através da qual é concebida, editada e divulgada, através da sua página de Internet www.cotr.pt, e de outros meios de divulgação, o máximo de informação relativa ao regadio, da qual se destaca o Inventário dos Regadios Individuais do Alentejo, o Guia de Rega, Vídeos Técnicos, etc..

Esta preocupação inicial da estratégia do COTR, consubstanciada através dos seus Planos de Estratégia (2000 - 2005 e 2005 - 2010), teve como fim principal contribuir:

- Para o aumento da Eficiência do Uso de Água na Agricultura;
 - Para a obtenção do máximo rendimento económico das produções;
 - Para a redução de uma fatia importante de desperdícios dos recursos hídricos;
-
- Para impulsionar a inovação tecnológica, obrigando ao controlo exaustivo da água utilizada pelos regantes.

Se esta foi a estratégia inicial do COTR, foi grato ver a mesma, de alguma forma, validada quando se observou que a mesma era, de algum modo, coincidente com os princípios gerais do **Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA** – componente **Agrícola**, desenvolvido no âmbito do Plano Nacional da Água, através da qual se estabeleceu como objectivo passar, em 10 anos, de uma eficiência de utilização da água na agricultura de 56 % para 64 %, através, entre outras de:

1. Medidas gerais, aplicáveis a todas as tipologias de regadio;
 - Melhorar a qualidade do projecto;
 - Reconversão dos métodos de rega;
 - Adequação dos volumes de rega às necessidades hídricas das culturas - criação de sistemas de aviso de rega;
 - Adequação dos volumes de rega às necessidades hídricas das culturas - condução da rega;
 - Utilização de sistema tarifário adequado;
 - Redução dos volumes de rega;
 - Redução da área regada.
2. Medidas ao nível da rega por gravidade
3. Medidas ao nível da rega por aspersão
4. Medidas ao nível da rega localizada

As questões da Eficiência do Uso da Água em geral e da agricultura em particular, é uma matéria que faz hoje parte da agenda de todos os agentes, nomeadamente:

- Dos discursos dos Políticos;
- Dos chamados “Homens de Decisão”;
- Das áreas dos Recursos hídricos;
- Das áreas Ambientais;

- Dos “Influenciadores de Opinião”;
- Do Cidadão em geral.

Apesar desta aparente coincidência de ideias, facilmente, para quem está dentro da actividade, detecta que, a maioria dos discursos, apesar de assentarem em ideias unanimemente aceites, são, na maioria dos casos, pouco sustentados, já que a maioria deles veiculam ideias muito gerais, chavões, e palavras de circunstâncias baseadas em:

- Discursos mais ou menos empolgados (conforme o público ouvinte);
- Palavras de circunstância;
- “Ataques” sistemáticos do *media* e dos sectores não agrícolas à agricultura;
- Medidas incentivadoras (muitas vezes sem acompanhamento técnico, ou seja com acompanhamento burocrático).

Da sua audição surgem normalmente um conjunto de perguntas, tais como:

- Têm *noção* do que *falam*?
- Conhecem os *principais* problemas?
- Sabem *onde* se actua?
- Sabem *com quem* se actua?
- Sabem *como* se actua?
- Têm noção de *quem* faz, ou *quem* deve fazer?
- Será que há gente para o fazer?
- E se não, como se preparam?

Para sustentar esta ideia, e no que ao Programa de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas diz respeito, facilmente se percebe que, embora a ideia geral não seja esquecida, já que aparece a preocupação com o uso eficiente da água na agricultura através de várias Medidas, como por exemplo;

- Promover a disponibilização de água;
- Assegurar o seu uso mais eficiente;
- Melhorar as infra-estruturas viárias e de electrificação;
- Contribuir para o aumento da competitividade das explorações e para o desenvolvimento das fileiras estratégicas;
- Promover a construção da rede secundária de rega do EFMA.

Parece ressaltar, da leitura dos objectivos de cada Medida, que existe uma preocupação principal e quase única, com as redes de condução e distribuição de água, ou seja, com aquilo que, de um modo geral, se pode associar com o betão.

Embora haja todo um trabalho a realizar para melhorar o desempenho destas redes, o efectivo uso eficiente da água, e o aumento da produtividade da água, não se vai jogar aqui, mas sim ao nível da exploração agrícola.

Neste campo, actualmente, e sem falsas modéstias, o COTR é, em termos de organização e a realizar este trabalho de uma forma sistemática, praticamente a única entidade a, efectivamente, dar corpo às ideias veiculadas no PNUEA.

É evidente que, apesar da notoriedade que o COTR começa a ter, o seu trabalho é, por muitos, desconhecido, ou não o sendo, são lhe imputadas actividades que, nem fazem parte dos seus estatutos, nem nunca estiverem no horizonte das suas estratégias. Até muitos, dos que teoricamente estiveram na sua génese, hoje parecem esquecer, se é que alguma vez a tiveram a consciência, da importância de um Centro Tecnológico com estas valências e capacidade não só na zona da ZIA, como em Portugal, já que os

problemas que se colocam aqui são extensíveis, e por vezes com tanta ou maior acuidade, em todas as zonas regadas de Portugal.

Para realçar a importância do trabalho que vem sendo realizado, e do imenso que há que fazer para desenvolver esta área, se de facto é isto que se pretende, para efectivamente aumentar o uso eficiente da água e, como tal, aumentar a rendibilidade do uso da água de uma forma conservativa em termos de água, solo, energia e ambiente, atente-se em alguns indicadores que resultam do trabalho que vem sendo realizado pelo COTR.

1. Sistema Agrometeorológico

De acordo com a experiência do COTR, no que à recolha, tratamento e divulgação da informação agrometeorológica diz respeito, verifica-se que foram, num passado recente, instaladas várias redes ou estações agrometeorológicas isoladas por todo o país, embora, talvez, e esta é a experiência do COTR, com maior incidência no Alentejo.

Assim, e de acordo com um inquérito que o COTR está a realizar à existência, funcionamento, manutenção e disponibilização de dados agrometeorológicas existentes no Alentejo e Algarve foram detectadas as seguintes estações meteorológicas automáticas (EMA):

Redes:

- COTR – 14 EMA
- DRAPAlentejo – 10 EMA
- DRAPAlgarve– 12 EMA
- ATEVA – 6 EMA
- INAG – (?) EMA
- IM – (?) EMA
- BRISA - (?) EMA
- EDP - (?) EMA

- ANPROBE – 5 EMA

Individuais:

- EDIA – 1 EMA (Aldeia da Luz)
- Outras entidades – 6 EMA

De acordo com o que já foi possível detectar, o COTR e o INAG são as únicas entidades que disponibilizam esta informação diária e gratuitamente. O INAG apenas disponibiliza alguma da informação necessária para a gestão da rega, já que as suas EMA não possuem todo o tipo de sensores meteorológicos necessários a este tipo de actividade.

As restantes entidades não disponibilizam a informação, ou, se a disponibilizam, é passado bastante tempo, o que não permite a sua utilização em termos de gestão da rega.

A ATEVA e a ANPROBE apenas disponibilizam informação sobre avisos fitossanitários, no caso da primeira, e consumos de água no caso da segunda, apesar da ANPROBE ultimamente fazer este trabalho baseado essencialmente nos dados da Rede SAGRA do COTR.

No caso da DRAPAlgarve, os dados meteorológicos são enviados semanalmente para o COTR, o qual faz o seu tratamento e disponibiliza informação tratada, em termos de rega, através da sua página WEB (www.cotr.pt/sagralg).

Por outro lado, e do que já foi possível detectar, a maioria das EMA existentes não possui planos de manutenção apertados, pelo que a qualidade de muitos dados é duvidosa. Esta situação é bastante importante, já que, ainda de acordo com a experiência do COTR, apesar dos planos de manutenção apertados existentes, é rara a semana que não se tem que agir numa EMA, porque houve algum problema com algum sensor, com a estação no geral, ou ainda com a unidade central de controlo que não conseguiu proceder à recolha da informação actualizada.

Assim sendo, e tendo em vista que a maioria dos dados agrometeorológicos existentes, têm como objectivo apoiar a gestão da rega, não bastará apenas ficar descansado porque há um conjunto de EMA instaladas, mas sim preocupado com a sua operacionalidade, e como tal, com a necessidade de realizar um trabalho árduo no sentido de homogeneizar sensores, procedimentos, manutenção e garantir que os dados gerais possam ficar concentrados numa base de dados geral, para, a partir daí, poder fazer sua utilização para outras aplicações.

2. Gestão da Rega

Tendo em vista a procura de informação que permita calibrar os modelos que sustentam a emissão dos designados avisos de rega, é necessário todo um trabalho de experimentação com as principais culturas existentes no Alentejo, de forma a que se procure, por um lado, calibrar a metodologia da FAO às condições locais, e por outro, conhecer o que o agricultor faz, porque faz assim? Em que se baseia? Quão longe está



de uma gestão “óptima”, etc., o COTR vem fazendo este trabalho no Alentejo com 22 (vinte e duas) culturas (aveia, trigo, cevada, ervilha, fava, girassol, milho, sorgo, tomate, pimento, melão, olival, vinha, algodão, pêra rocha, luzerna, batata doce, batata branca, beterraba, noqueiras, morango e citrinos), e no Algarve, com especial incidência nos citrinos, mas também em vinha para vinho e uva de mesa, abacate e prunóideas.

Através deste trabalho, conduzido, na generalidade dos casos, com alguns dos agricultores considerados mais desenvolvidos, é fácil verificar, pela análise dos gráficos representativos de três culturas (Fig.2), quão dispares são as aplicações de água pela rega efectuados, para as mesmas culturas.

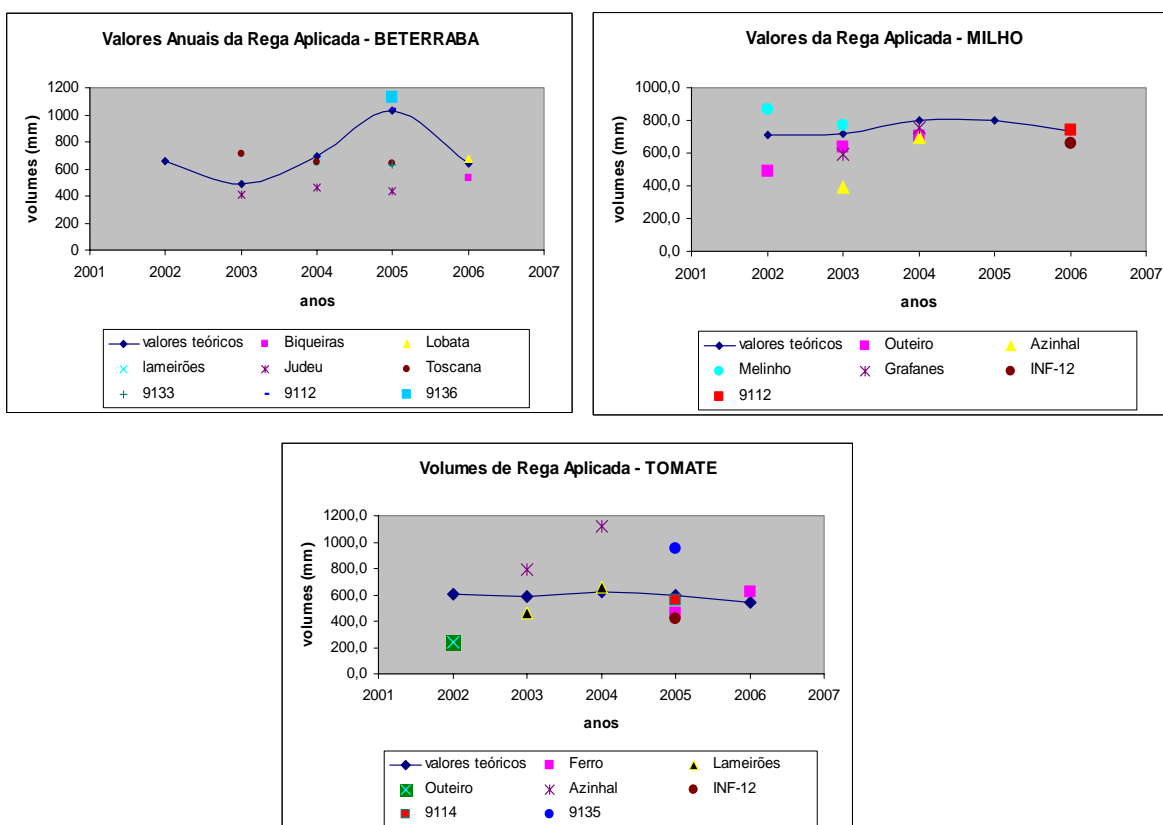


Figura 2 – Exemplos da variabilidade das dotações de rega aplicada por diferentes agricultores para as mesmas culturas (beterraba, milho e tomate)

Ainda na mesma linha de trabalho e como resultante dos trabalhos de - **“benchmarking na rega e boas práticas de gestão da rega nas culturas da vinha e do olival** - , facilmente se detecta a disparidade das estratégias (?) de rega usadas pelos agricultores (considerados dos melhores) nas duas culturas, tal como se mostra na Fig.3.

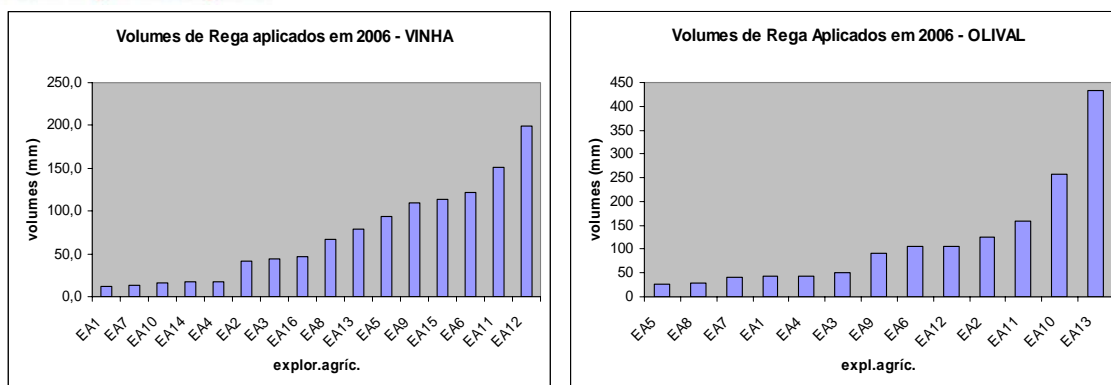


Figura 3 – Exemplos da variabilidade das dotações de rega aplicada por diferentes agricultores para as culturas da vinha e olival

Estes dados correspondem à mesma variedade, dentro de cada cultura, e a pomares com aproximadamente a mesma idade.

Se a estes resultados se associarem as produções e/ou qualidade do vinho e do azeite, facilmente se verificará que a confusão ainda é maior, já que as estratégias que é vulgar ouvir dizer que presidem aos padrões de gestão da rega não se verificaram neste estudos (a ver vamos o que dão os resultados de 2007 em que a amostra foi aumentada), uma vez que não foram encontradas relações significativas entre o volume de água aplicado, a produção e a qualidade, para justificarem as ditas estratégias utilizadas por cada um.

Parece concluir-se que se diz uma coisa, não se sabe bem o que se faz, e depois, justifica-se a estratégia seguida, que não se sabe bem qual foi, para propagandear um determinado resultado, que parece continuar a não coincidir com a realidade. Muitas destas atitudes parecem ser tomadas por desconhecimento.

3. Energia

Atente-se noutra matéria importante – Uso da Energia na Agricultura.

Mais de 90 % dos sistemas de rega hoje existentes no Alentejo são sistemas sob pressão, e igual cifra se irá, por certo, verificar na introdução dos novos regadios, pelo que exigem uma fonte de energia externa para proporcionarem essa pressão.

De acordo com os dados do COTR sobre o Inventário dos Pequenos Regadios Individuais do Alentejo – PRIA -, e tomando unicamente os dados existentes nas candidaturas de investimento, facilmente se percebe, pela análise da Fig.4, a variabilidade dos custos da água (€/m³), considerando apenas os custos de energia, ou seja, desprezando os custos de investimento, manutenção, conservação, taxas e juros.

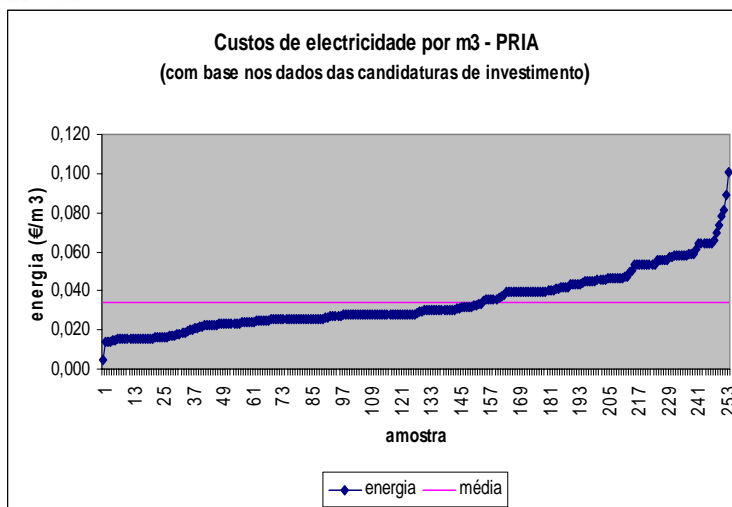


Figura 4 – Exemplos da variabilidade do custo da água no PRIA (considerando apenas a energia

Os dados apresentados na Fig.4 são apenas indicativos, já que foram estimados considerando que:

- As bombas existentes nas facturas foram as que foram montadas,
- Que as bombas instaladas estariam ajustadas aos sistemas de rega (não há projecto para nenhuma delas);
- Que estariam a trabalhar com o máximo de eficiência, o que de acordo com os dados de campo do COTR, está muito longe de acontecer, tal como se observa na Fig.5.

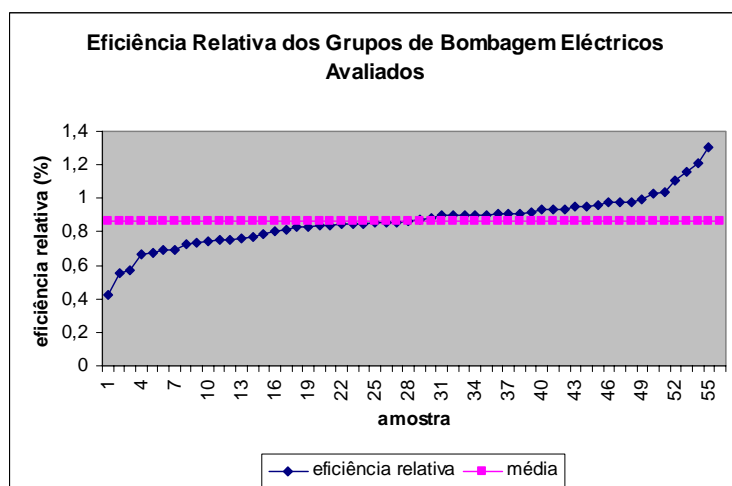


Figura 5 – Exemplos da variabilidade das eficiências relativas de funcionamento de vários grupos de bombagem para rega avaliados

Da análise da Fig 5, facilmente se conclui que a eficiência relativa média da amostra é de 85 %, ou seja que, em média, os grupos de bombagem analisados tinham eficiências de desempenho 15 % inferiores às que se poderão considerar como boas.



Para reforçar o problema com a falta de eficiência do uso da energia na agricultura, a que urge dar atenção, atente-se nos dados da Fig.6. Nesta figura apresenta-se um outro caso da variabilidade de custos da água (€/m³), considerando igualmente apenas os custos de energia (electricidade e diesel), no olival regado da margem esquerda do Guadiana (estes dados resultam de um inquérito feito a 300 explorações no âmbito de um projecto europeu – AquaSTRESS – da responsabilidade da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto com a qual o COTR colabora).

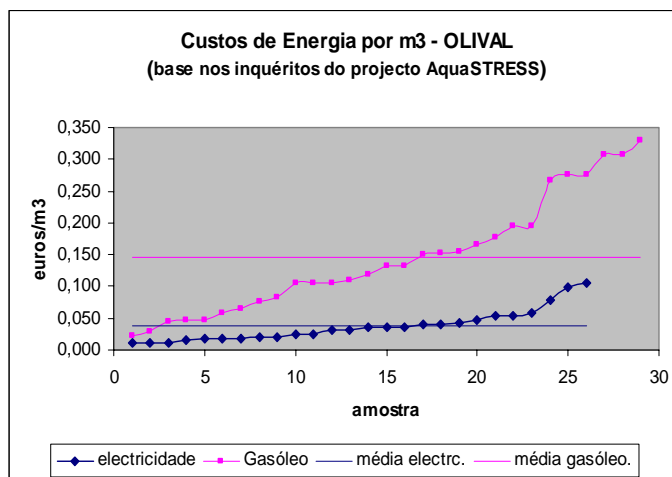


Figura 6 – Exemplos da variabilidade do custo da água no olival regado na margem esquerda do Guadiana

Da análise dos dados da Fig.6, facilmente se percebe que o custo do m³ de água aplicada no olival com diesel é da ordem dos 0,15 €/m³, com variações entre 0,02 e 0,33 €/m³, enquanto que a aplicada com electricidade, embora significativamente mais baixa, da ordem dos 0,04 €/m³, apresenta ainda uma variação entre 0,01 e 0,12 €/m³.

4. Tecnologia da Rega

Por outro lado, e tendo em conta o trabalho que vem sendo realizado pelo COTR, no que ao desempenho dos sistemas de rega diz respeito, foram avaliados, desde 2002, os sistemas de rega indicados no Quadro 1, ou seja, cerca de 10 500 ha de pivots e aproximadamente 6000 ha de sistemas de rega localizada.

Quadro 1 – Sistemas de rega Avaliados pelo COTR

| Avaliações de Sistemas de Rega | | | | | | | | |
|--------------------------------|-----------------------|------|------|------|------|------|------|--------------|
| Sistemas de Rega | Nº/Área Avaliada | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | TOTAL |
| Rega por Pivot | N. Sistemas Avaliados | 22 | 68 | 106 | 130 | 32 | 8 | 366 |
| | Área avaliada (ha) | 580 | 1732 | 3055 | 3910 | 860 | 320 | 10457 |
| Rega Localizada | N. Sistemas Avaliados | 4 | 8 | 28 | 42 | 52 | 61 | 195 |
| | Área avaliada (ha) | 93 | 201 | 721 | 840 | 1850 | 2356 | 6061 |

Avaliações de Sistemas de Rega por Distrito

| Distritos | Rega por Pivot | | Rega localizada | |
|----------------|----------------|--------------|-----------------|-------------|
| | Nº | ha | Nº | ha |
| Beja | 124 | 3618 | 93 | 3380 |
| Évora | 27 | 902 | 46 | 1942 |
| Portalegre | 48 | 1452 | 12 | 390 |
| Setúbal | 16 | 512 | - | - |
| Castelo Branco | 2 | 66 | - | - |
| Faro | 1 | 55 | 42 | 304 |
| Santarém | 148 | 3852 | 2 | 45 |
| Total | 366 | 10457 | 195 | 6061 |

Deste trabalho, e observando a Fig.7, facilmente se pode constatar quão longe está o desempenho da maioria dos sistemas de rega face a um padrão considerado bom pelas normas internacionais, nomeadamente as normas ISO e CEN, que servem de base a estes trabalhos.

O resultado do trabalho real dos sistemas de rega pode ser observado, em termos práticos, em fotos como as da Fig.8, como exemplo.

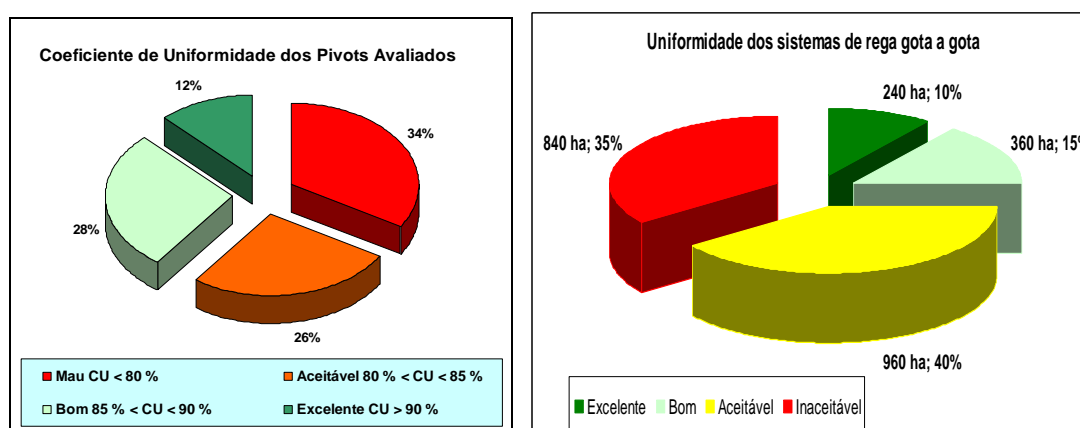


Figura 7 – Resumo da análise ao desempenho dos sistemas de rega indicados no Quadro 1



Figura 8 – Aspecto da falta de uniformidade em pivot com luzerna e milho

Este tipo de problemas, bem patentes em muitos dos sistemas de rega por pivot, estão essencialmente relacionados com o desajuste nos parâmetros hidráulicos, entupimentos, desenhos incorrectos da carta de rega e fugas de água, conforme se apresenta na Fig.9.

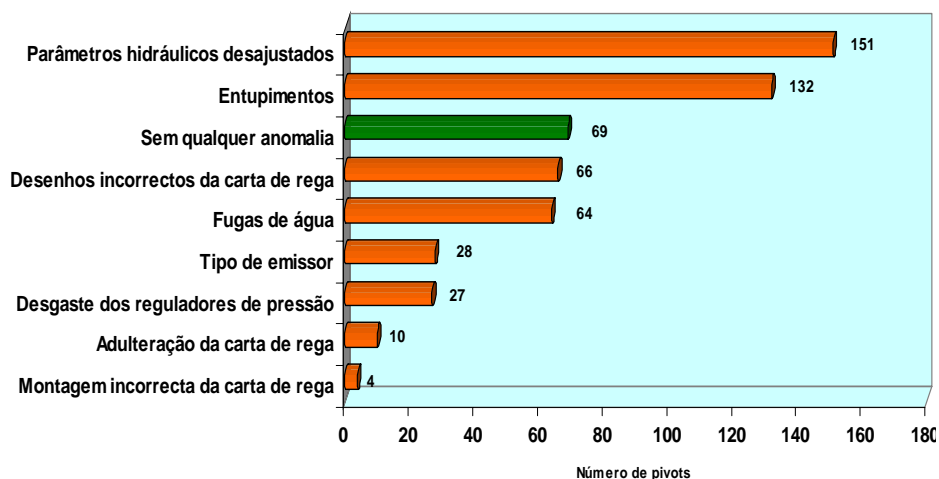


Figura 9 – Principias causas da deficiente uniformidade dos pivots

Se a rega por pivot, está largamente implantada no Alentejo, a rega gota-a-gota tem, e terá, no distrito de Beja, por exemplo, onde se centrará a maior mancha de regadio a partir de Alqueva, uma importância crescente, já que, em 2003, mais de 50 % dos sistemas de rega implantados eram já rega gota-a-gota (de acordo com resultados do PRIA).

Se os problemas verificados com a falta de uniformidade da rega por pivot são importantes, os problemas verificados com a rega gota-a-gota são ainda mais graves. Os problemas mais frequentes registados apresentam-se na Fig.10.

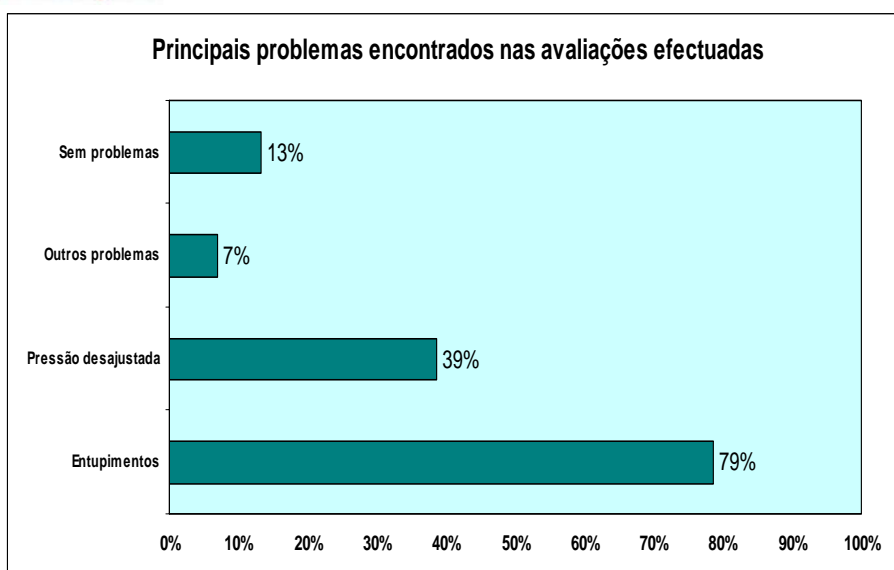


Figura 10 – Principias causas da deficiente uniformidade da rega gota-a-gota

Como facilmente se observa por análise da Fig.10, apenas cerca de 13 % dos sistemas avaliados não apresentam problemas, sendo, em 70 % dos casos, o funcionamento deficiente relacionado **como mau dimensionamento, ou seja com o projecto, ou melhor, com a falta do mesmo, ou pelo menos da sua aprovação**, já que se tal acontecesse, pelo menos esta componente seria fortemente atenuada.

Esta mesma conclusão está espelhada na Fig.11, onde são analisadas as causas da falta de pressão nos sistemas, as quais são essencialmente devidas ao dimensionamento deficiente – Projecto – e à manutenção ineficaz, ou mesmo a falta dela.

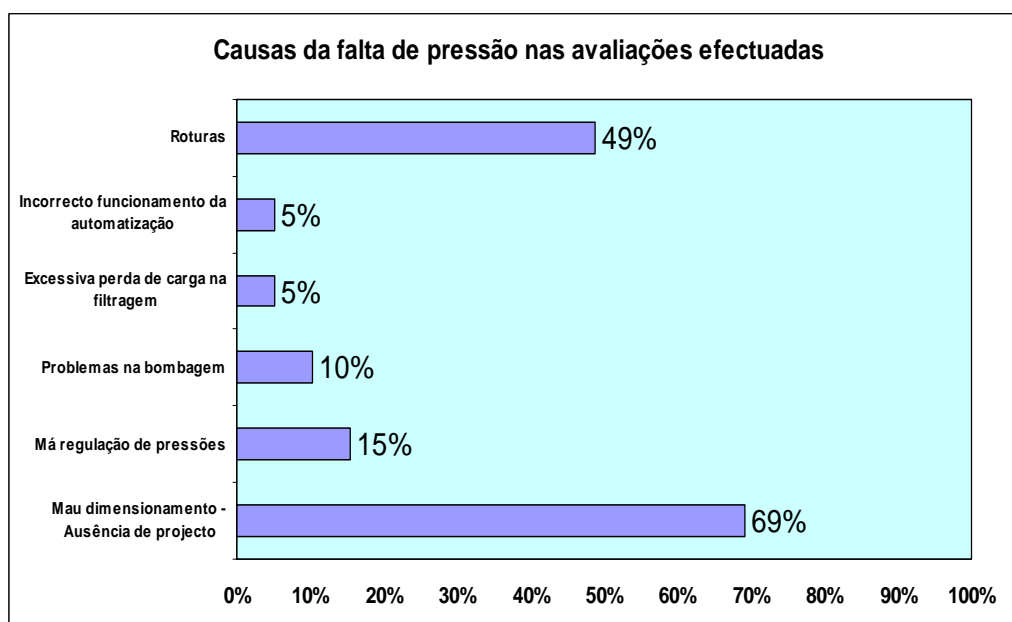


Figura 11 - Causas da falta de pressão nas avaliações efectuadas



Na Fig.12, e ainda com o mesmo objectivo, apresentam-se as principais causas detectadas, no que aos entupimentos dos sistemas de rega gota-a-gota diz respeito. Também aqui as principais causas dizem respeito à manutenção ineficaz, ou mesmo a falta dela.

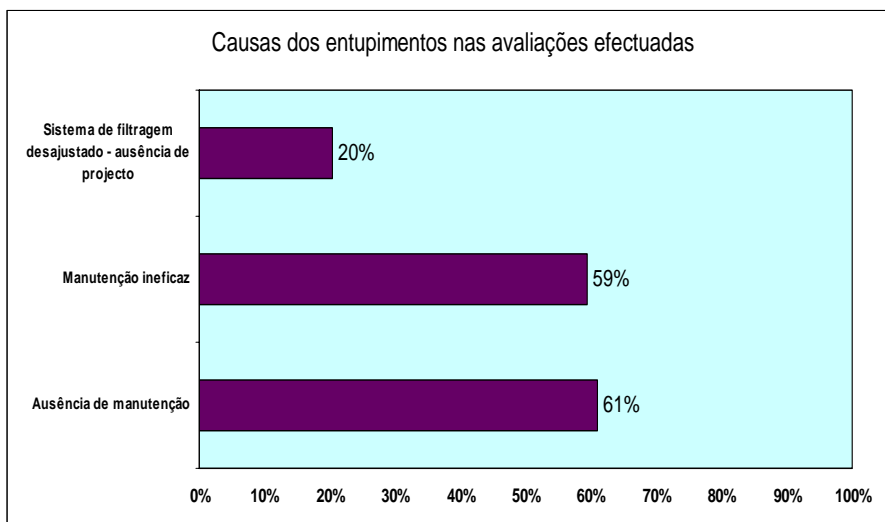


Figura 12 - Causas dos entupimentos nas avaliações efectuadas

Para realçar as consequências da falta de projecto e da sua aprovação por entidade idónea, atente-se no gráfico da Fig.13. Trabalhando com uma amostra aleatória de dados de pivot e rega gota-a-gota, de entre os diversos trabalhos de avaliação efectuados pelo COTR, facilmente se constata que, independentemente da cultura, os pivots, são, em média, dimensionados sempre com a mesma regra, ou seja, uma caudal unitário de 1,2 l/s/ha.

Pelo contrário, os sistemas de rega gota-a-gota, e neste caso, no olival, que, para os compassos existentes, poderiam ser dimensionados para um caudal unitário da ordem dos 0,4 – 0,6 l/s/ha, aparecem dimensionados para caudais unitários da ordem dos 0,1 a 1,6 l/s/ha.

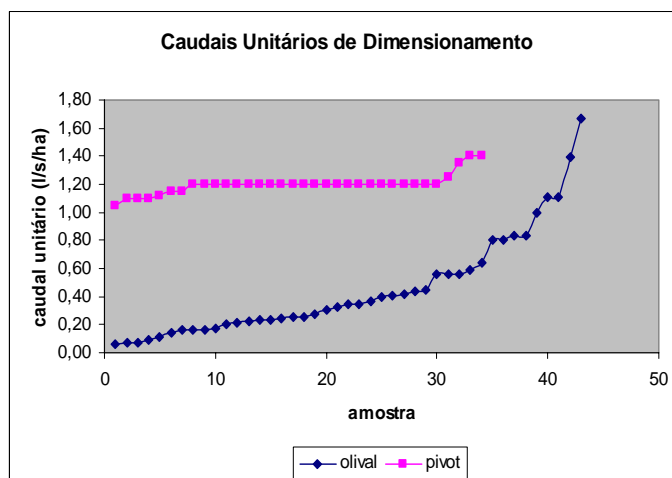


Figura 13 – Caudais unitários de dimensionamento

5. Como melhorar esta situação

Este pequeno memorando, tem como objectivo justificar as ideias que foram veiculadas nos primeiros parágrafos do documento, e os comentários e sugestões que foram enviados ao Gabinete de Planeamento do MADRP aquando da discussão pública do PDR-Continente.

Através da análise anteriormente feita pretende-se chamar a atenção para a necessidade que há em prestar atenção ao que se passa com o factor água ao nível da exploração agrícola, onde se observa facilmente que, em nenhum dos casos, os problemas encontrados estão relacionados com o que se passa a montante, ou seja nas redes de condução e distribuição de água de rega, a qual, como o próprio nome indica, apenas deve garantir, de uma forma eficiente, a disponibilidade de água à exploração agrícola.

É evidente que muito deste trabalho, para ser efectivo, precisa de ser necessariamente coordenado com as Administrações implicadas na política da água, ou seja, uma colaboração estreita entre os diversos serviços do Ministério de Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas, de forma a encontrar acções comuns na procura das soluções para os problemas existentes.

Consequentemente, com este documento, pretendem-se dois objectivos principais:

1. Contribuir para o Desenvolvimento Rural Regional e Nacional

- Melhorando o uso eficiente da água na agricultura;
- Aumentando a produtividade da água;
- Aumentando o rendimento do empresário agrícola;
- Diminuindo o impacto ambiental do regadio.

Para que tal seja alcançado, e de acordo com a experiência do COTR, torna-se necessário realçar, nos Regulamentos das diversas Medidas do PDR:

- Formação e treino de acordo com objectivos e metas;
- Exigência de projecto aprovado por entidade idónea;
- Expansão e consolidação da rede de Serviços de Assistência Técnica ao Regante – SATR;
- Sensibilização dos centros de decisão para a existência destes problemas;
- Criação e acompanhamento de Medidas incentivadoras que acelerem o uso das Boas Práticas de Gestão e Manutenção da Rega;
- Reactivação dos serviços de Investigação, Experimentação e Inovação na área do regadio.

2. Ajudar a assegurar a sustentabilidade do COTR para além de Junho de 2008

Como parece evidente, embora não caiba ao COTR advogar a sua valia, mas sim aos utilizadores dos serviços prestados, este Centro, desenvolve na área do regadio um

trabalho único no país, tem uma equipa única no país e, parece, que o seu trabalho tem vindo a contribuir para uma série de alterações de hábitos que se instalaram nas cabeças de políticos, decisores, técnicos e agricultores, durante os últimos 30 anos, que é a de que os problemas da falta de produtividade dos regadio nada têm a ver com a rega, o que, como foi demonstrado anteriormente, é falso.

Por esta razão, e apesar do COTR ser uma entidade teoricamente privada, ela foi criada por iniciativa do MADRP com um determinado objectivo, que foi sempre seguido. Contudo, a resolução dos problemas criados ao longo de 30 anos, em que a componente técnica, nesta área, foi sendo sucessivamente abandonada, para se chegar aos dias de hoje em que é, praticamente inexistente, não é possível ser feita num abrir e fechar de olhos, pelo que a existência de uma entidade como o COTR, parece dever, não só, ser mantida, como, além disso, reforçada e ampliada de modo a que, de uma forma directa, ou indirecta, chegue todo o território Nacional.

A sustentabilidade de um Centro com as características do COTR não é fácil, já que ele não é, nem parece dever ser no futuro, como algumas pessoas querem deixar transparecer, uma mera empresa prestadora de um serviço aos agricultores.

O COTR é uma entidade em que a prestação de serviços, a médio prazo, poderá assegurar 20-40 % da sua sustentabilidade, tudo dependendo dos incentivos que os empresários agrícolas tenham para acelerar esta mudança. Há que referir que, se o agricultor, por força dos hábitos inculcados ao longo das últimas décadas, não se apercebe dos problemas que tem nos seus sistemas de rega e com a gestão dos mesmos, só muito lentamente, por força dos exemplos dos que vão aderindo, mudará e sentirá os benefícios dessa mudança.

Contudo, o COTR não é um somente um prestador de serviços no sentido lato da palavra, já que tem que prestar uma série de serviços que dificilmente poderão gerar dinheiro na Região, e nunca de uma forma directa. Podem referir-se, entre outros.

- A gestão, manutenção e disponibilização da informação agrometeorológica;
- A criação de bases de dados de clima, solo e culturas, que permitam aos diversos utilizadores informação ajustada à realidade, e que os permitam tomar decisões em tempo real;
- Gestão da rega para a generalidade das culturas, mas com especial ênfase, para aquelas sobre as quais há menos informação: vinha, olival, alfarrobeira, nogueira, amendoeira, pastagens, grão, etc;
- A calibração das diversas metodologias de cálculo das necessidades em água das culturas existentes, ou preconizadas para as diversas áreas de regadio;
- Rega deficitária e selecção de culturas mais resistentes ao stress hídrico e/ou escolha de variedades de ciclo mais curto, conduzindo a um menor consumo de água;
- Rega deficitária: olival e vinha;
- Avaliação dos impactos económicos da rega deficitária quando haja que reduzir os consumos e, claro, a procura;
- Criação e divulgação de informação sobre as técnicas de regadio;

- Protecção dos interesses dos agricultores, nomeadamente a aquisição de material com o mínimo da qualidade, e conseqüentemente, com garantia da durabilidade prevista e eficácia de funcionamento;
- Protecção da aplicação de dinheiro público, de modo a que o mesmo seja usado com a produtividade prevista;
- Apoio aos fabricantes e/ou fornecedores de equipamentos de rega a definir as normas de funcionamento dos novos equipamentos;
- Apoio aos agricultores antes, durante e depois da implantação dos sistemas de rega;
- Cooperação com outras instituições, nomeadamente o MADRP e a Ordem dos Engenheiros no sentido da regulamentação do sector, tendo em vista a obrigatoriedade da responsabilização dos técnicos credenciados na elaboração e apresentação de projectos de Engenharia Rural;
- Concretização deste objectivo através da promulgação de legislação que consubstancie o anteriormente referido e um acordo de parceria com as organizações profissionais;
- Análise da qualidade da água de rega das diferentes fontes de água e promoção de acções de sensibilização dos agricultores no sentido do tratamento dessa água para a prevenção de problemas relacionados com os entupimentos dos sistemas de rega, corrosão dos equipamentos, agravamento dos problemas de infiltração da água no solo, etc.;
- Actualização periódica do Inventário dos Regadios Individuais do Alentejo – PRIA;
- Fomento, apoio e implementação dos Serviços de Assistência Técnica ao Regante - SATR, inseridos no seio de comunidades de regantes, como forma de alargar a rede de assistência técnica ao regante, a exemplo do que foi já iniciado com nove associações/cooperativas no Alentejo e Algarve.
- Acções de sensibilização, demonstração e redimensionamento dos sistemas de bombagem, de forma a tornar mais eficaz o uso da energia na agricultura;
- Etc.

Percebendo um pouco o que é o COTR, o que faz, o que pode fazer, facilmente se percebe que o financiamento duma entidade deste tipo não é muito compatível com o financiamento unicamente por projectos. Contudo, se esse for o único mecanismo viável, reforça-se aqui a necessidade de ter isso em conta na Regulamentação do PDR.

3. Como a assegurar a sustentabilidade do COTR para além de Junho de 2008

O COTR tem vindo, desde a sua criação a ser financiado através de:

- Programa PEDIZA – Eixo 4 do POR Alentejo. Medida nº 4 – Desenvolvimento Agrícola e Rural. Acção nº 2 - Dinamização do Novo Modelo de Desenvolvimento

Agrícola e Rural Associado ao EFMA – Acção 2.1 – Consolidação e Desenvolvimento do Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio (COTR).
Através do qual se garantiu o financiamento da sua actividade base.

Esta actividade base foi depois complementada através de projectos apresentados em parceria com outras entidades a diferentes programas como:

- Programa AGRO – Medida 8 - Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração. Acção 8.1 - Desenvolvimento Experimental e Demonstração (DE&D)
- Programa AGRO – Medida 10 – Criação de Serviços Agro-Rurais Especializados
- Programa PEDIZA – Eixo 4 do POR Alentejo. Medida nº 4 – Desenvolvimento Agrícola e Rural. Acção nº 2 - Dinamização do Novo Modelo de Desenvolvimento Agrícola e Rural Associado ao EFMA – Acção 2.2 – Experimentação e demonstração de novas práticas culturais relacionadas com o regadio
- Programa PEDIZA – Eixo 4 do POR Alentejo. Medida nº 4.5 – Valorização dos Recursos Humanos
- Programa INTERREG II C – Ordenamento do Território e Luta Contra a Seca em Portugal, MEDIDA 2 – Reforço e Optimização do Uso de Água na Agricultura,
- Programa INTERREG IIIA - SUBPROGRAMA : 5 Alentejo-Algarve-Andalucia.EIXO : 1 Dotação de infraestructuras, ordenação e desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço. MEDIDA : 1.3 Desenvolvimento rural do espaço transfronteiriço

Actualmente, o orçamento base do COTR é da ordem dos 745 000 € considerando os seguinte itens (Quadro 2):

- Recursos humanos (vencimentos, segurança social, subsídio de alimentação);
- Ajudas de custo;
- Comunicações (telefonos, comunicação de dados, fax, internet);

- Energia eléctrica;
- Combustível (gasóleo);
- Seguros automóveis e de equipamentos;
- Limpeza das instalações, incluindo o alojamento;
- Reparações de viaturas, equipamentos de rega, científicos e informáticos;
- Despesas administrativas (correio, papel, material não duradouro, etc.);
- Manutenção preventiva da Rede agrometeorológica do SAGRA e calibração/verificação de equipamentos;
- Manutenção preventiva dos Laboratórios de Solos e de Testes de equipamentos de rega;

- Prestadores de serviços externos (ROC, TOC, Técnicos responsáveis pelo PT, Rede Informática e serviço Web).

Quadro 2 – Orçamento Base Anual do COTR

| DESIGNAÇÃO | VALOR (euros/ano) |
|---|------------------------------|
| Recursos Humanos | 476866 |
| Ajudas de custo | 30909 |
| Comunicações | 18335 |
| Energia eléctrica | 14401 |
| Combustível | 47179 |
| Seguros | 18859 |
| Limpeza | 19845 |
| Reparações | 43100 |
| Despesas administrativas | 20824 |
| Manutenção preventiva da rede SAGRA | 12070 |
| Manutenção preventiva dos Laboratórios de solos e de testes de rega | 9352 |
| Prestação de serviços externa | 30831 |
| TOTAL | 742571 |

Para este orçamento, e como foi dito anteriormente, o COTR conta, até Junho de 2008, com o financiamento do PEDIZA.

Terminado esse financiamento, coloca-se o problema da sustentabilidade do COTR.

Para tentar ajudar a procurar a resolução para esta questão traçaram-se vários cenários traduzidos através de outras tantas Hipóteses:

Hipótese 1 – Financiamento a partir das actuais fontes de receitas do COTR, materializadas através: das quotas dos associados, das receitas provenientes do alojamento existente no COTR, de serviços prestados à comunidade e dos protocolos estabelecidos com a DRAP Alentejo,

ESAB e UE, como compensação pelos investimentos realizados nas suas explorações agrícolas pelo COTR.

Financiamento a partir de um programa similar ao anterior PEDIZA, considerando que o COTR terá que continuar a prestar o serviço que tem vindo a fazer até ao momento. Nesse caso, o fundo teria que assegurar anualmente: as verbas assinaladas no Quadro 3. Nesta hipótese, admite-se que não há qualquer Medida incentivadora no novo PDR e que o crescimento da prestação de serviços cresce a um ritmo lento ao ano.

Nesta hipótese o financiamento global seria da ordem dos 580 000€/ano.



Quadro 3 – Financiamento do COTR para assegurar o funcionamento para a Hipótese 1

| DESIGNAÇÃO | VALOR (euros/ano) |
|--|------------------------------|
| Financiamento | 577.957,02 |
| Protocolo com a ESAB, DRAAL e UE | 12.000,00 |
| Alojamento | 20.037,00 |
| Quotas dos associados | 29.750,00 |
| Prestação de Serviços - Assistência Técnica | 30.000,00 |
| Prestação de Serviços Gestão da Rega | 28.000,00 |
| Prestação de Serviços em Formação | 29.827,35 |
| Prestação de serviços em avisos de rega a outras | 15.000,00 |
| SUB-TOTAL | 164.614,35 |
| TOTAL | 742.571,37 |

Hipótese 2 – Financiamento a partir das fontes de receitas assinaladas no Quadro 3 e de um financiamento assegurado a partir de uma taxa sobre a água de rega consumida nos actuais perímetros de rega do Alentejo (Caia, Lucefécite, Vigia, Odívelas, Vale do Sado, Campilhas e Alto Sado, Roxo, Divor, Minutos e Mira).

Assim sendo, considerando que a área regada nestes perímetros de rega colectivos é da ordem dos 49 000 ha, e que o consumo médio anual é da ordem dos 4500 m³/ha, o financiamento do COTR a partir do consumo de água nos perímetros colectivos seria assegurado a partir de uma taxa da ordem dos 0,003 €/m³de água/ano.

Considerando que, além destes, o Vale do Sorraia também poderia ser considerado, ter-se-ia uma área total contributiva da ordem dos 65 500 ha, pelo que, considerando um mesmo consumo médio anual, a taxa passaria para um valor da ordem dos 0,002 €/m³/ano.

Considerando que, além destes, o regadio afecto a Alqueva entra progressivamente em vigor, ter-se-ia, em velocidade de cruzeiro, uma

área total da ordem dos 175 500 ha, então a taxa passaria para um valor da ordem dos 0,0008 €/m³/ano.

Com esta hipótese, e sendo estudado qual o valor razoável, poderia inclusive, ser analisado o crescimento, em termos de outras valências dos Serviços a desenvolver pelo COTR.

Esta hipótese teria ainda a vantagem de deixar que o orçamento do COTR estivesse pendurado na eventualidade da existência de projectos, de verbas, de aprovações, de assinaturas atempadas de contratos, etc., o

que de alguma forma poderia assegurar uma maior estabilidade de funcionamento a um organismo do tipo deste.

Hipótese 3 – Hipótese idêntica à Hipótese 1, diferindo desta apenas pelo montante de financiamento a garantir, desde que fossem criadas, na aplicação do PDR, Medidas incentivadoras ao uso de Boas Práticas Agrícolas que, de algum modo contrariassem os hábitos e os desempenhos actuais indicados nos pontos anteriores deste documento.

É evidente que, neste caso, não é possível fazer qualquer estimativa do autofinanciamento para além dos 28 % considerados na Hipótese 1, já que, da leitura da versão disponível do PDR, apenas se conseguem descortinar grandes objectivos, e, como foi dito anteriormente, na maioria desses grandes objectivos, não se vislumbram os apoios que se consideram importantes para contrariar os aspectos já citados. É verdade que também não se diz o contrário, mas, por isso mesmo, tudo dependerá da Regulamentação.

Da leitura da versão do PDR disponível, é evidente que se conseguem descortinar Medidas que poderão vir a financiar projectos (em caso de aprovação) que, por sua vez, possam financiar o COTR.

A título de resumo o que se vislumbra será:

Eixo I

- Melhoria da competitividade das fileiras nos sectores do vinho, hortofrutícolas, azeite e floresta
- Melhoria da competitividade das empresas dos sectores agrícola e florestal
- Melhoria da formação profissional e desenvolvimento de serviços capacitando os activos para o desempenho das suas actividades
- Aumento da área regada e eficácia no uso da água

Através dos quais se pretende, de alguma forma contribuir para:

- Informação e formação profissional
- Serviços de apoio ao desenvolvimento
- Promover a inovação

- Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias através da cooperação
- Cooperação para o desenvolvimento da inovação
- Inovação e desenvolvimento empresarial

- Melhorar a competitividade das fileiras estratégicas
- Cooperação empresarial para o mercado e internacionalização
- Regadios e outras infra-estruturas colectivas
- Projectos de impacto económico relevante

Contudo, por exemplo, se se olharem para os objectivos da **Acção 1.6.1 – Desenvolvimento do Regadio**, embora a maioria dos problemas apontados pudessem ter incentivos aqui, fica-se com um receio muito forte que, se a Regulamentação não especificar, dificilmente se poderá entrar por aqui na apresentação de projectos que permitam, de alguma forma assegurar o funcionamento do COTR.

No **Subprograma 4 - Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências** – de facto vislumbram-se bastantes hipóteses da apresentação de projectos, contudo, neste momento esbarra-se com o mesmo problema que é a falta de Regulamentação e, como tal, a dificuldade de previsão.

Na **MEDIDA 4.1 – Cooperação para o Desenvolvimento da Inovação** – parece poder caber aqui alguma actividade, enquanto que na **MEDIDA 4.2 – Informação e Formação Profissional** -, seja ao nível da **Formação Contínua Especializada**, seja ao nível das - **Redes Temáticas de Informação e Divulgação** – onde a experiência do COTR é já bastante forte, inclusive na formação à distância, via Internet, onde o COTR parece ser pioneiro, na área do regadio, com a apresentação em breve do primeiro curso deste tipo

Finalmente ao nível da **MEDIDA 4.3 – Serviços de Apoio ao Desenvolvimento, nomeadamente da ACCÃO 4.3.1 – Serviços de Aconselhamento Agrícola**, se poderá inserir uma das actividades pioneiras do COTR no país e que respeitam os designados Serviços de Avisos de Rega, mas não só.

Como facilmente se depreende, qualquer programação para assegurar o financiamento do COTR através destas Medidas e Acções para além de Junho de 2008 é impossível de fazer por não serem conhecidas as regras do jogo, nem tão pouco a sua disponibilidade temporal.

Hipótese 4 – Hipótese que será uma mistura das Hipóteses anteriores, ou seja:

- Quotas e Protocolos
- Serviços prestados, o que obrigará o COTR a procurar, através da prestação de serviços directos aos agricultores sem o auxílio de qualquer incentivo, à medida que eles se vão apercebendo da importância dos mesmos
- Serviços prestados em virtude das medidas incentivadoras eventualmente criadas no PDR
- Taxa sobre o volume de água usada nos diferentes regadios (?)
- Projectos de I,E&D&I abertos por diferentes Programas.

Qualquer que seja o cenário de financiamento, e para manter a estabilidade do COTR, pensa-se que se deveria assegurar consistentemente uma componente significativa do mesmo, deixando a parte restante à necessidade da procura pelo COTR do restante.

Beja, Setembro de 2007